



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
Anexo à Resolução nº 10, de 30 de setembro de 2015

ANEXO I

Formulação Estratégica do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - 2012-2015

Salvador – BA
Setembro/2015

Composição da Corte

LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
Presidente

MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO
Vice-Presidente

FÁBIO ALEXSANDRO COSTA BASTOS
Corregedor Regional Eleitoral

CARLOS D'ÁVILA TEIXEIRA
Juiz

CLÁUDIO CESARE BRAGA PEREIRA
Juiz Ouvidor

MARCELO JUNQUEIRA AYRES FILHO
Juiz

JOÃO DE MELO CRUZ FILHO
Juiz

RUY NESTOR BASTOS MELLO
Procurador Regional Eleitoral

Composição da Secretaria

ANDRÉ LUIS MARTINS BESERRA
Diretor-Geral

ALEXANDRE LIMA EUSTÁQUIO DA SILVA
Secretário de Gestão de Serviços

CARLA DANTAS CASTRO
Secretária de Gestão de Pessoas

CARLA LUSTOSA PINTO DA SILVA
Secretária de Orçamento, Finanças e Contabilidade

CELESTINO BRITO SUAREZ
Secretário de Gestão Administrativa

CINTHIA ALMEIDA DA SILVEIRA
Secretária de Tecnologia da Informação

CRISTINA MARIA ALCÂNTARA TANAJURA
Secretária de Controle Interno e Auditoria

MARTA MARIA BARREIROS GAVAZZA DE BRANDÃO LIMA
Secretária Judiciária

RONALDO DA SILVA MOURA
Secretário da Corregedoria Regional Eleitoral

TÂNIA REGINA DE OLIVEIRA MARQUES SILVA
Coordenadora de Planejamento, Estratégia e Gestão

ALEIDE POLLIANA DE SOUZA CARVALHO PEREIRA
ISABELLE MARIE BRUST
Seção de Planejamento

ANNE CAROLINE PINTO GARCIA
CLÁUDIA FONSECA BORGES
Seção de Gerenciamento de Projetos

LEILA SILVA FRANÇA DE AZEVEDO
CLÉBER RAMON DE SOUSA SANTOS
Seção de Estatística

AURORA LOPES DOS REIS
MARCELO BARROS OSTERNE
Seção de Gestão de Processos e da Qualidade

ANA AMÉLIA PASSOS CERQUEIRA FERRAZ
NAJARA ANDRADE GUIMARÃES CARNEIRO
Seção de Atenção ao Cliente

Os desafios impostos pelas constantes transformações sociais impulsionaram as reformas evidenciadas na organização do Estado ao longo das últimas décadas. No intuito de acompanhar o ritmo acelerado dessas mudanças, a Administração Pública tem adotado modernas práticas de gestão alinhadas ao incremento do desempenho organizacional, à racionalização de seus procedimentos e, conseqüentemente, ao aperfeiçoamento dos serviços prestados.

Diante desse cenário, o Poder Judiciário tem demonstrado a preocupação em oferecer à sociedade uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva, tendente a assegurar resultados capazes de atender às expectativas dos clientes-cidadãos. Assim, a edição da Resolução nº 70, de 18 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) constituiu marco regulatório da implantação da gestão estratégica no âmbito do Poder Judiciário. A iniciativa instituiu o planejamento estratégico da referida esfera do Poder, para o período 2010-2014, e institucionalizou a fixação de metas anuais, de caráter nacional, para cumprimento por todos os tribunais do país.

No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE/BA), o marco regulatório deste processo de modernização administrativa coincidiu com a aprovação do primeiro planejamento estratégico do TRE/BA, para o período 2008-2010, por meio da Portaria da Diretoria-Geral nº 763, de 19 de dezembro 2008. O Plano embrionário, entretanto, viria a passar por processos revisionais nos anos de 2009, 2010 e 2012, para fins de alinhamento com as premissas estabelecidas para todo o Judiciário Nacional, e com as diretrizes estabelecidas para esta Justiça Especializada.

Neste momento, o TRE/BA apresenta a revisão do Planejamento Estratégico aprovado por meio da Resolução Administrativa nº 13, de 18 de dezembro de 2012. O processo revisional preservou o alinhamento com as premissas fixadas para todo o Judiciário Eleitoral por meio da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 23.371, de 14 de dezembro 2011, contemplando, entretanto, uma revisão pontual nos direcionadores estratégicos, no intuito de atender às peculiaridades que este Regional realizará ao longo do exercício de 2015.

O comentado processo revisional oportunizou a inclusão de novos objetivos ao mapa estratégico e a prorrogação para 2015 dos objetivos estratégicos, originalmente definidos para o período 2012-2014. Neste novo ciclo, buscou-se englobar temas que representam lacunas estratégicas relevantes que merecem

destaque: Alinhamento e Integração ao lado de outras importantes questões, a exemplo da Racionalização dos Procedimento/Rotinas e a Criação da Perspectiva Pessoas de modo a priorizar o capital humano da instituição.

Assim, a nova formulação estratégica do TRE/BA, ora revisada, consolida um processo contínuo de aprimoramento e realização da Justiça Eleitoral em suas mais variadas vertentes. É inegável a conclusão de que a repetição dos objetivos anteriormente tratados na linha mestra do planejamento não irá distanciar-se da parceria a ser desenvolvida em igual passo aos novos objetivos buscados, de modo que a experiência passada em anos anteriores sirva de lume ao caminho a ser seguido nos anos vindouros. É o que esta nova formulação estratégica campeia: nortear os caminhos a serem trilhados pelo TRE/BA por meio dos desafios propostos para o horizonte de 2012-2015.

Por conseguinte, no intuito de viabilizar o alcance dos objetivos estabelecidos no Planejamento, foram revistos, a partir de qualificados debates, os indicadores, as iniciativas e as metas com o propósito de focar a atuação do Tribunal da Bahia nas questões relevantes para a Administração e para os novos desafios propostos para o ano vindouro.

Esse instrumento de gestão que ora se apresenta é um processo dinâmico que proporciona uma necessidade constante de mudança, à medida que os progressos vão sendo conquistados. A busca pela melhoria contínua dos serviços consolida na prática cotidiana do órgão, as atividades de planejamento, implementação, acompanhamento e controle, características da gestão estratégica. Esta implementação e o gerenciamento possibilitarão o alcance dos objetivos institucionais e, por conseguinte, a visão de futuro, desafio maior da organização.

Cabe ressaltar, por fim, que os desafios propostos para o TRE/BA refletem a preocupação desta Justiça Especializada em proporcionar à sociedade a entrega de serviços de melhor qualidade, garantindo uma prestação jurisdicional cada vez mais acessível, célere e efetiva, esteio para consolidar o pleno exercício da cidadania e da participação social.

Des. Lourival Almeida Trindade
Presidente

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Missão:

Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

Visão 2015:

Ser reconhecido como uma instituição pública independente e imparcial, modelo de excelência na prestação de serviços no âmbito de sua atuação.

Atributos de Valor para a Sociedade:

Credibilidade

- Acessibilidade
- Celeridade
- Eficiência
- Ética
- Imparcialidade
- Modernidade
- Responsabilidade Social e Ambiental
- Transparência

Contextualização

Credibilidade: derivada da imagem de instituição íntegra, construída junto à população, amparada no processo eletrônico de votação.

Acessibilidade: espelhada na facilidade de obtenção de informações e serviços pelos cidadãos.

Celeridade: traduzida na agilidade no exercício das funções judicial e administrativa.

Eficiência: relacionada ao desempenho na realização das atividades fim da Justiça Eleitoral, notadamente no âmbito da prestação jurisdicional, do atendimento ao eleitor e na rápida totalização das eleições.

Ética: revelada na atuação proba dos magistrados e servidores, pautada nos princípios da honestidade, lealdade e dignidade.

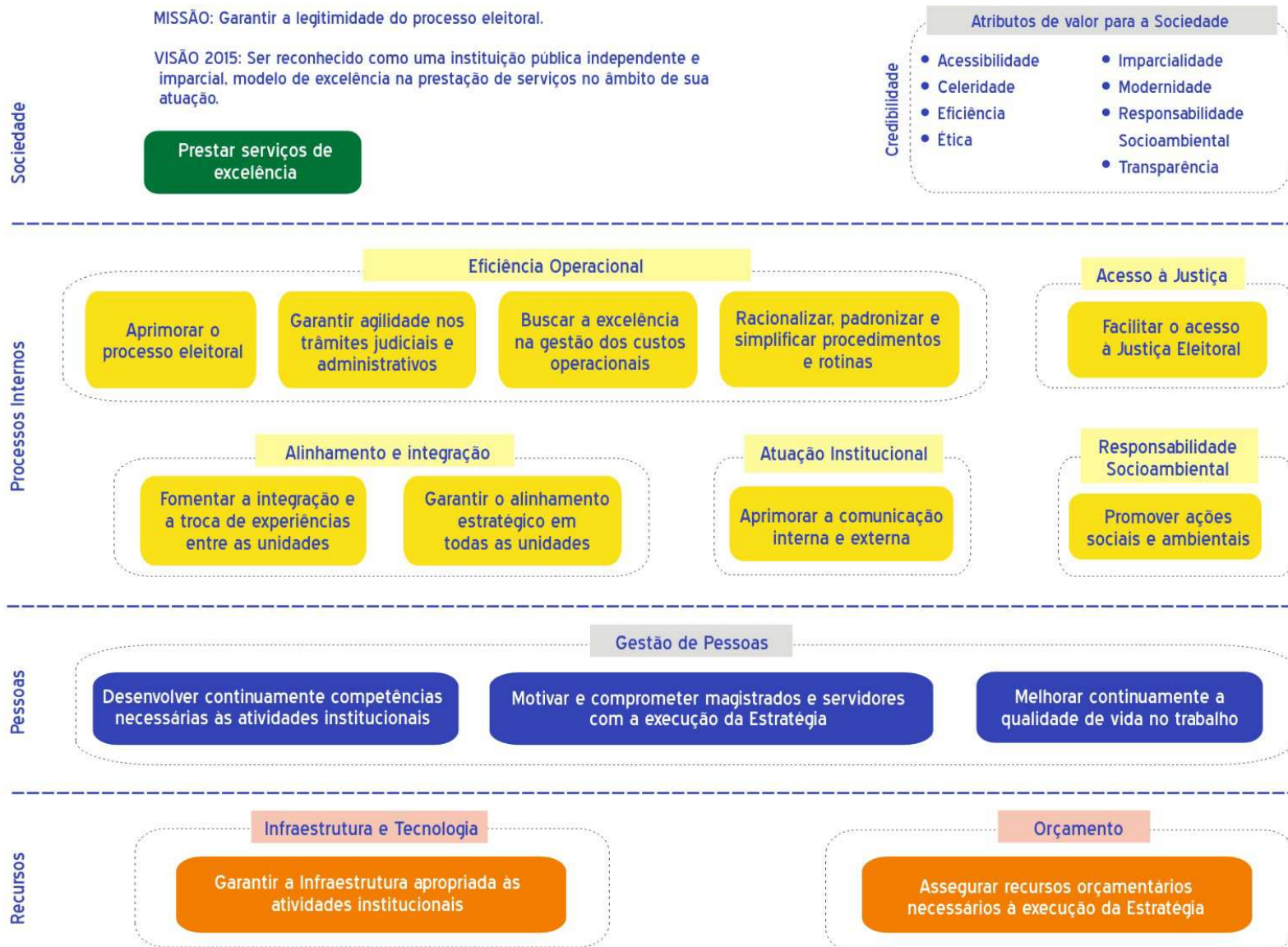
Imparcialidade: refletida na prestação jurisdicional e de serviços norteadas pelos princípios da legalidade, equidade e impessoalidade.

Modernidade: percebida na constante busca pela incorporação de avanços tecnológicos e atendimento às aspirações da sociedade, sobretudo no tocante à garantia da segurança do processo eleitoral.

Responsabilidade socioambiental: expressa por meio de ações voltadas à formação da cidadania, inclusão social e preservação do meio ambiente, interferindo positivamente no meio em que atua.

Transparência: manifesta na garantia de acesso às informações relativas aos atos administrativos e jurisdicionais, notadamente àqueles atinentes à execução orçamentária e ao processo eleitoral.

MAPA ESTRATÉGICO DO TRE-BA 2012-2015



Objetivo estratégico:

Prestar serviços de excelência.

Descrição do objetivo:

Assegurar a prestação de serviços de qualidade aos clientes da Justiça Eleitoral baiana.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

1. Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria;
2. Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria; e
3. Grau de satisfação dos clientes.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- TRE perto de você (1); e
- Infraestrutura da Ouvidoria (13).

Tema:

Eficiência Operacional.

Objetivo estratégico:

Aprimorar o processo eleitoral.

Descrição do objetivo:

Promover a melhoria contínua do processo eleitoral, observadas as premissas de segurança, transparência, qualidade e foco no cidadão.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

4. Percentual de municípios com eleitores cadastrados biometricamente.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Identificação biométrica do eleitor (14); e
- Política de Segurança da Informação (16).

Tema:

Eficiência Operacional.

Objetivo estratégico:

Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

Descrição do objetivo:

Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos a fim de assegurar a razoável duração do processo.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

5. Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços; e
6. Taxa de congestionamento.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Gestão documental na 1ª instância (5);
- Programa de mapeamento de processos de trabalho (6);
- Plano de comunicação interna (9);
- Monitoramento de processos de aquisição de bens e serviços (11);
- Adequação da infraestrutura dos cartórios eleitorais do interior (15);
- Política de Segurança da Informação (16);
- Implantação do Processo Administrativo Digital (PAD) (18);
- Implantação de nova metodologia para gerenciamento de hora extra (19);
- Programa de Racionalização dos Processos Internos (20);
- Nova *intranet* (21); e
- Experimento controlado da modalidade laboral trabalho remoto - Teletrabalho (26).

Tema:

Eficiência Operacional.

Objetivo estratégico:

Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais.

Descrição do objetivo:

Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os materiais, bens e serviços.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

7. Índice de contratos revisados.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Workshop de Planejamento Orçamentário (3);
- Programa de mapeamento de processos de trabalho (6);
- Monitoramento de processos de aquisição de bens e serviços (11);
- Adequação da infraestrutura dos cartórios eleitorais do interior (15);
- Implantação do Processo Administrativo Digital (PAD) (18);
- Implantação de nova metodologia para gerenciamento de hora extra (19);
- Programa de Racionalização dos Processos Internos (20); e
- Experimento controlado da modalidade laboral trabalho remoto - Teletrabalho (26).

Tema:

Eficiência Operacional.

Objetivo estratégico:

Racionalizar, padronizar e simplificar procedimentos e rotinas.

Descrição do objetivo:

Promover a racionalização e padronização de procedimentos e rotinas com o objetivo de aplicar os melhores métodos de trabalho, proporcionando aumento da eficiência organizacional.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

8. Índice de procedimentos e rotinas racionalizados e simplificados.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Programa de mapeamento de processos de trabalho (6);
- Programa de Racionalização dos Processos Internos (20); e
- Nova *intranet* (21).

Tema:

Acesso à Justiça.

Objetivo estratégico:

Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.

Descrição do objetivo:

Promover o acesso à Justiça Eleitoral, com o objetivo de democratizar a relação da população com os órgãos desta justiça especializada e garantir equidade no atendimento ao cidadão.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

- 9. Índice de acesso à Justiça; e
- 10. Índice de conteúdo adequado para pessoas com deficiência no sítio eletrônico do TRE/BA.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- TRE perto de você (1);
- Gestão documental na 1ª instância (5);
- Disponibilização de resultados de julgamento de prestação de contas na *Internet* (10).

Tema:

Alinhamento e Integração.

Objetivo estratégico:

Fomentar a integração entre as unidades do TRE/BA.

Descrição do objetivo:

Fomentar a integração entre as Unidades do TRE/BA com o objetivo de promover uma visão sistêmica da organização, por meio do compartilhamento de conhecimentos e da troca de experiências.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

11. Índice de participantes nas ações de integração realizadas entre as unidades.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Nova *intranet* (21);
- Sistemática de monitoramento e avaliação apoiado pelo GEPLANES (Sistema de Gestão de Planejamento e Estratégia) (22); e
- #conheçaoquefaço (23).

Tema:

Alinhamento e Integração.

Objetivo estratégico:

Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades.

Descrição do objetivo:

Promover o alinhamento de todas as unidades à estratégia institucional.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

12. Índice de sucesso das iniciativas estratégicas.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Nova *intranet* (21);
- Sistemática de monitoramento e avaliação apoiado pelo GEPLANES (Sistema de Gestão de Planejamento e Estratégia) (22);
- #conheçaoquefaço (23); e
- Conhecendo o Planejamento Estratégico do TRE/BA (25).

Tema:

Atuação Institucional.

Objetivo estratégico:

Aprimorar a comunicação interna e externa.

Descrição do objetivo:

Aprimorar a comunicação com o público interno e externo, com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com transparência, informações sobre o papel, as ações e as iniciativas do TRE/BA, o andamento processual, os atos judiciais e administrativos, os dados orçamentários e de desempenho operacional.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

13. Grau de satisfação dos servidores em relação à comunicação interna.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Plano de comunicação interna (9);
- Disponibilização de resultados de julgamento de prestação de contas na *internet* (10);
- Infraestrutura da Ouvidoria (13); e
- Nova *intranet* (21).

Tema:

Responsabilidade Socioambiental.

Objetivo estratégico:

Promover ações sociais e ambientais.

Descrição do objetivo:

Promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, por meio de ações que contribuam para a preservação do meio ambiente e o fortalecimento da cidadania.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

14. Número de ações socioambientais.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- TRE perto de você (1);
- Agenda Ambiental (12);
- Eleitor do Futuro (17); e
- Implantação do Processo Administrativo Digital (PAD) (18).

Tema:

Gestão de Pessoas.

Objetivo estratégico:

Desenvolver continuamente competências necessárias às atividades institucionais.

Descrição do objetivo:

Promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades institucionais, por meio da aferição do grau de adequação entre as competências organizacionais essenciais a cada área e as competências apresentadas pelos respectivos servidores, com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

15. Índice de aderência ao PAC;
16. Índice de execução do PAC; e
17. Índice de adequação às competências organizacionais.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Programa de capacitação (4);
- Núcleo de Educação a Distância (7);
- Gestão por competência (8);
- Agenda Ambiental (12); e
- Programa de capacitação específica para comissões, grupos de trabalho e afins (24).

Tema:

Gestão de Pessoas.

Objetivo estratégico:

Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

Descrição do objetivo:

Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos servidores e magistrados a fim de viabilizar a execução da Estratégia.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

18. Quantidade de ações de valorização e integração realizadas.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Núcleo de Educação a Distância (7);
- Gestão por competência (8); e
- Conhecendo o Planejamento Estratégico do TRE/BA (25).

Tema:

Gestão de Pessoas.

Objetivo estratégico:

Melhorar continuamente a qualidade de vida no trabalho.

Descrição do objetivo:

Promover o bem-estar biopsicossocial das pessoas que integram a organização.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

- 19. Índice de implementação do programa qualidade de vida no trabalho; e
- 20. Quantidade de ações de promoção à saúde.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Programa de Qualidade de Vida (2).

Tema:

Infraestrutura e Tecnologia.

Objetivo estratégico:

Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais.

Descrição do objetivo:

Prover e gerir recursos físicos (mobiliário e imobiliário) e tecnológicos (equipamentos, redes, sistemas e comunicações) a fim de garantir a prestação de serviços de qualidade e condições de trabalho com saúde e segurança.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

- 21. Índice de adequação das instalações físicas; e
- 22. Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TI.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Adequação da infraestrutura dos cartórios eleitorais do interior (15);
- Política de Segurança da Informação (16); e
- Implantação do Processo Administrativo Digital (PAD) (18).

Tema:

Orçamento.

Objetivo estratégico:

Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia.

Descrição do objetivo:

Planejar o orçamento de forma integrada, visando assegurar e gerir recursos que viabilizem as ações necessárias à execução da Estratégia.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

- 23. Execução orçamentária;
- 24. Índice de execução do orçamento estratégico;
- 25. Aderência da execução ao planejamento orçamentário;
- 26. Índice de execução do orçamento de novas despesas; e
- 27. Índice de execução dos restos a pagar.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Workshop de Planejamento orçamentário Fórum (3).

Fichas de Indicadores 2012-2015

Nº	Objetivo Estratégico	Qtd	Indicador	Origem*
1	Prestar serviços de excelência	3	1. Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria	JE
			2. Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria	
			3. Grau de satisfação dos clientes	
2	Aprimorar o processo eleitoral	1	4. Percentual de municípios com eleitores recadastrados biometricamente	JE
3	Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos	2	5. Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	JE
			6. Taxa de congestionamento	
4	Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais	1	7. Índice de contratos revisados	TRE/BA
5	Racionalizar, padronizar e simplificar procedimentos e rotinas	1	8. Índice de procedimentos e rotinas racionalizados e simplificados	TRE/BA
6	Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral	2	9. Índice de acesso à Justiça	JE
			10. Índice de conteúdo adequado para pessoas com deficiência no sítio eletrônico do TRE/BA	
7	Fomentar a integração e a troca de experiências entre as unidades do TRE/BA	1	11. Índice de participantes nas ações de integração realizadas entre as unidades	TRE/BA
8	Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades	1	12. Índice de sucesso das iniciativas estratégicas	TRE/BA
9	Aprimorar a comunicação interna e externa	1	13. Grau de satisfação dos servidores em relação à comunicação interna.	JE
10	Promover ações sociais e ambientais	1	14. Número de ações socioambientais	JE
11	Desenvolver continuamente competências necessárias às atividades institucionais	3	15. Índice de aderência ao PAC	JE
			16. Índice de execução do PAC	
			17. Índice de adequação às competências organizacionais	
12	Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia	1	18. Quantidade de ações de valorização e integração realizadas	TRE/BA
13	Melhorar continuamente a qualidade de vida no trabalho	2	19. Índice de implementação de qualidade de vida no trabalho	TRE/BA
			20. Quantidade de ações de promoção à saúde	TRE/BA
14	Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais	2	21. Índice de adequação das instalações físicas	JE
			22. Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TI	
15	Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia	5	23. Execução orçamentária	JE
			24. Índice de execução do orçamento estratégico	
			25. Aderência da execução ao planejamento orçamentário	TRE/BA
			26. Índice de execução do orçamento de novas despesas	
			27. Índice de execução dos restos a pagar	

*JE – Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral 2012-2014 e TRE/BA – Planejamento Estratégico do TRE/BA 2010-2015

DETALHAMENTO

INDICADOR 1: Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria	
Perspectiva: Sociedade	
Objetivo Estratégico: Prestar serviços de excelência.	
O que mede	O percentual de contatos dirigidos à Ouvidoria que receberam resposta.
Para que medir	Avaliar o grau de prontidão da Ouvidoria.
Quem mede	Unidade responsável pela operacionalização dos atendimentos da Ouvidoria.
Quando medir	Trimestralmente.
Onde medir	Registros de comunicações recebidas e expedidas pela Ouvidoria.
Como medir	Total de Contatos que Receberam Resposta (TCRR), dividido pelo Total de Contatos Recebidos (TCR), mais números de contatos pendentes do período anterior (CPPA), menos número de contatos pendentes do período atual (CPP), multiplicado por cem. $(TCRR/TCRP+CPPA-CPP) \times 100$ <i>Obs.: devem ser excluídos do indicador os contatos definidos, em norma ou instrução aplicável às atividades da Ouvidoria, como inadmissíveis, isentos de necessidade de resposta ou excluídos da competência do Órgão.</i>
Situação inicial	Não mensurada.
Meta	Responder a 100% dos contatos recebidos pela Ouvidoria.
Tipo	Eficácia.

INDICADOR 2: Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria	
Perspectiva: Sociedade	
Objetivo Estratégico: Prestar serviços de excelência.	
O que mede	O tempo médio, em dias úteis, entre o recebimento de cada solicitação dirigida à Ouvidoria e o envio de sua resposta.
Para que medir	Avaliar o grau de eficiência da Ouvidoria.
Quem mede	Unidade responsável pela operacionalização dos atendimentos da Ouvidoria.
Quando medir	Trimestralmente.
Onde medir	Registros de comunicações recebidas e expedidas pela Ouvidoria.
Como medir	Somatório das quantidades de dias úteis decorridos entre o recebimento da demanda e o envio da resposta a cada contato (Σ dias), dividido pelo Número de Contatos Respondidos no Período analisado (NCRP). Σ dias/NCRP <i>Obs.: para o cálculo do indicador devem ser consideradas apenas as respostas finais ou definitivas a cada contato, excluindo-se do cômputo, por exemplo, as confirmações de recebimento e respostas intermediárias.</i>
Situação inicial	Não mensurada.
Meta	Responder aos contatos recebidos pela Ouvidoria em tempo médio de até 3 dias úteis, até 2015.

INDICADOR 2: Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria				
Base	2012	2013	2014	2015
Não mensurada	10 dias úteis	6 dias úteis	3 dias úteis	3 dias úteis
Tipo	Eficiência.			

INDICADOR 3: Grau de satisfação dos clientes				
Perspectiva: Sociedade				
Objetivo Estratégico: Prestar serviços de excelência.				
O que mede	A satisfação dos clientes quanto ao atendimento prestado pela Justiça Eleitoral baiana nos pontos de atendimento ao público (Secretaria Judiciária, cartórios eleitorais e postos descentralizados de atendimento).			
Para que medir	Avaliar a satisfação dos clientes da Justiça Eleitoral baiana quanto ao atendimento recebido.			
Quem mede	Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão.			
Quando medir	Trimestralmente.			
Onde medir	Unidades que prestam atendimento ao público.			
Como medir	Número de Votos auferidos nas categorias “Bom” e “Ótimo” (VBO), dividido pelo número Total de Votantes (TV), multiplicado por cem. (VBO/TV)x100 <i>Obs.: serão utilizadas cédulas de votação onde constarão opções “ótimo”, “bom”, “regular” e “ruim”.</i>			
Situação inicial	Categoria eleitor:	2009 – 98,75%.	2010 – 87,02%.	2011 – 94,81%.
	Categoria candidato, partido, parte e advogado:	2009 – 100%.	2010 – 97,77%.	2011 – 97,84%.
<i>Obs.: a situação inicial aferida refere-se à pesquisa anterior, cujo escopo abrangia um número menor de variáveis e restringia-se a apenas 28 zonas eleitorais do interior e as 20 zonas da capital.</i>				
Meta	Atingir 90% de avaliações com conceito “bom” e “ótimo”, até 2015.			
Base	2012	2013	2014	2015
2013: 92,28%	72%	76%	80%	90%
Tipo	Efetividade.			

INDICADOR 4: Percentual de municípios com eleitores cadastrados biometricamente	
Perspectiva: Processos Internos	
Objetivo Estratégico: Aprimorar o processo eleitoral.	
O que mede	A relação entre os municípios com eleitores cadastrados biometricamente com total de municípios do Estado da Bahia.
Para que medir	Melhorar a qualidade dos procedimentos de cadastro e reconhecimento do eleitor de modo a evitar fraudes de identificação.
Quem mede	Corregedoria Regional Eleitoral.

Quando medir	Anualmente, em janeiro.			
Onde medir	Sistema de Cadastro Nacional (ELO).			
Como medir	Total de Municípios com Eleitores Recadastrados Biometricamente (TMERB), dividido pelo total de Municípios do Estado da Bahia (TMEB). (TMERB/TMEB)x100			
Situação inicial	2014: 7%			
Meta	Atingir 12% dos municípios com recadastramento biométrico na Bahia, em 2015.			
Base	2012	2013	2014	2015
	-	Iniciar o recadastramento nos 37 municípios estabelecidos	Concluir municípios iniciados em 2013	Atingir 12% dos municípios com recadastramento biométrico na Bahia.

INDICADOR 5: Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços				
Perspectiva: Processos Internos				
Objetivo Estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.				
O que mede	A relação entre o percentual de processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão e os processos finalizados no período base.			
Para que medir	Garantir o tempo razoável de tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços.			
Quem mede	Unidade responsável pelo acompanhamento da tramitação de processos de aquisição de bens e serviços.			
Quando medir	Trimestralmente.			
Onde medir	SADP, sistema de monitoramento ou similar.			
Como medir	Total de Processos Finalizados no Prazo Padrão (TPFPP), dividido pelo Total de Processos Finalizados no Período Base (TPFPB), multiplicado por cem. (TPFPP/TPFPB)x100 <i>Obs.: como prazo padrão, considerar:</i> <i>120 dias úteis para concurso e concorrências dos tipos empreitada, integral, técnica ou técnica e preço;</i> <i>105 dias úteis para demais concorrências e tomadas de preço dos tipos técnica e técnica e preço;</i> <i>60 dias úteis para demais tomadas de preço;</i> <i>60 dias úteis para convite e pregão; e</i> <i>15 dias úteis para dispensa, inclusive pelo valor, e inexigibilidade.</i> <i>No decorrer do procedimento licitatório, sempre que for impetrado pedido de esclarecimento, recurso, impugnação ou outro ato de natureza similar, acrescer à contagem dos prazos: 20 dias úteis para concorrência e concurso; 15 dias úteis para tomada de preço; 10 dias úteis para convite e pregão; e 05 dias úteis para dispensa e inexigibilidade.</i>			
Situação inicial	2010: 14,97%.		2011: 16,43%.	
Meta	Obter 30% dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, até 2015.			
Base	2012	2013	2014	2015
2013: 22,64%	40%	50%	60%	30%

INDICADOR 5: Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	
Tipo	Eficiência.

INDICADOR 6: Taxa de congestionamento	
Perspectiva : Processos Internos	
Objetivo Estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.	
O que mede	A relação entre os processos judiciais de conhecimento baixados, o somatório de casos novos e os pendentes de julgamento.
Para que medir	Verificar a capacidade da Justiça Eleitoral baiana em atender à demanda de processos judiciais.
Quem mede	Unidade responsável pela estatística processual.
Quando medir	Semestralmente.
Onde medir	Secretaria Judiciária e cartórios eleitorais (SADP ou outro tipo de controle).
Como medir	1º grau: Total de processos baixados no 1º grau no período base (TBaix1º) dividido pelo total de casos novos (CN1º) acrescido ao total de casos pendentes de julgamento (CP1º), subtraído de um. $TC1º = 1 - (TBaix1º / (CN1º + CP1º))$ Observações: Consideram-se baixados: ▪ Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; ▪ Processos remetidos para instância superior; ▪ Processos arquivados definitivamente; ▪ Processos suspensos/sobrestados; e ▪ Processos apensados, desde que não continuem tramitando. Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos; Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista; Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado; Havendo a remessa de um processo de um Juízo Eleitoral de 1º grau para outro, tal processo não será considerado baixado para o Juízo que o remeter, nem como caso novo para o Juízo que o receber. Nessa circunstância, ele só será considerado como baixado no Juízo que o recebeu quando se enquadrar numa das hipóteses da observação acima; Com relação aos processos de prestação de contas, só devem ser contabilizadas aquelas relativas a partidos (ordinárias) e candidatos eleitos. As prestações de contas de candidatos não eleitos não deverão ser contabilizadas no cômputo de processos ingressados no período base, devendo, contudo, ser computadas no período imediatamente posterior; e Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais: ▪ Ação Cautelar; ▪ Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; ▪ Ação de Investigação Judicial Eleitoral;

INDICADOR 6: Taxa de congestionamento**Como medir**

- Ação Penal;
- Apuração de Eleição;
- Exceção;
- Habeas Corpus;
- Habeas Data;
- Mandado de Segurança;
- Petição de natureza judicial;
- Prestação de Contas;
- Registro de Candidatura; e
- Representação.

2º grau:

Total de processos baixados no 2º grau no período base (Tbaix2º) dividido pelo total de casos novos (CN2º) acrescido ao total de casos pendentes de julgamento (CP2º), subtraído de um.

$$TC2º = 1 - (Tbaix2º / (CN2º + CP2º))$$

Observações:

Consideram-se baixados:

- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
- Processos remetidos para instância superior;
- Processos arquivados definitivamente;
- Processos suspensos/sobrestados; e
- Processos apensados, desde que não continuem tramitando.

Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos;

Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista;

Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deverá ser considerado;

Com relação às prestações de contas, só devem ser contabilizadas aquelas relativas a partidos (ordinárias) e candidatos eleitos. As prestações de contas de candidatos não eleitos não deverão ser contabilizadas no cômputo de processos ingressados no período base, devendo, contudo, ser computadas no período imediatamente posterior; e

Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Ação cautelar;

INDICADOR 6: Taxa de congestionamento				
Como medir	▪ Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; ▪ Ação de Investigação Judicial Eleitoral; ▪ Ação Penal; ▪ Ação Rescisória; ▪ Apuração de Eleição; ▪ Conflito de Competência; ▪ Exceção; ▪ Habeas Corpus; ▪ Habeas Data; ▪ Mandado de Injunção; ▪ Mandado de Segurança; ▪ Pedido de Desaforamento; ▪ Petição de natureza judicial; ▪ Prestação de Contas; ▪ Reclamação; ▪ Recurso contra Expedição de Diploma; ▪ Recurso Eleitoral; ▪ Recurso Criminal; ▪ Recurso em Habeas Corpus; ▪ Recurso em Habeas Data; ▪ Recurso em Mandado de Injunção; ▪ Recurso em Mandado de Segurança; ▪ Registro de Candidatura; ▪ Representação; ▪ Revisão Criminal; e ▪ Suspensão de Segurança/Liminar.			
Situação inicial	2009: 1º grau - 42% e 2º grau - 6%.	2010: 1º grau - 55,72% e 2º grau - 3,59%.	2011: 1º grau - 50% e 2º grau - 24%.	
Meta	Alcançar taxa de congestionamento conforme discriminado a seguir.			
Base	2012	2013	2014	2015
1º grau: 2013: 42,51%	45%	35%	45%	40%
2º grau: 2011: 31,23%	12%	6%	12%	15%
Tipo	Eficiência.			

INDICADOR 7: Índice de contratos revisados				
Perspectiva: Processos Internos				
Objetivo estratégico: Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais.				
O que mede	A aderência ao plano anual de revisão de contratos de natureza continuada.			
Para que medir	Assegurar que os custos previstos nos contratos de natureza continuada vigentes sejam compatíveis com aqueles praticados no mercado.			
Quem mede	Secretaria de Gestão Administrativa.			
Quando medir	Anualmente, em janeiro.			
Onde medir	Coordenadoria de Gestão de Aquisição, Licitações e Contratos.			
Como medir	Número de Contratos de natureza Continuada Revisados (NCCR), dividido pelo Número de Contratos com Revisão Prevista para o período (NCRP), multiplicado por cem. (NCCR/NCRP)x100			
Situação inicial	Não mensurada.			
Meta	Revisar 16 contratos de prestação continuada, até 2015.			
Base	2012	2013	2014	2015
2013: 4 contratos	2	4	4	6
Tipo	Eficácia.			

INDICADOR 8: Índice de procedimentos e rotinas racionalizados e simplificados				
Perspectiva: Processos Internos				
Objetivo Estratégico: Racionalizar, padronizar e simplificar procedimentos e rotinas.				
O que mede	O percentual de procedimentos e rotinas racionalizados e simplificados.			
Para que medir	Para identificar possibilidades de melhoria procedimentos e rotinas do Tribunal.			
Quem mede	Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão.			
Quando medir	Trimestralmente.			
Onde medir	Seção de Gestão Processos e da Qualidade.			
Como medir	Número de Procedimentos e rotinas Racionalizados e Simplificados, dividido pelo Número de Procedimentos e Rotinas Propostos, multiplicado por cem. (NPRS/NPRP)x100. <i>Obs.: considerar para efeito de medição a Secretaria de Gestão de Pessoas, unidade priorizada em virtude a implementação do Processo Administrativo Digital (PAD).</i>			
Situação inicial	Não mensurado.			
Meta	Racionalizar, padronizar e simplificar 10% dos procedimentos e rotinas da Secretaria de Gestão de Pessoas, até 2015.			
Base 0%				
Tipo	Eficiência.			

INDICADOR 9: Índice de acesso à Justiça				
Perspectiva: Processos Internos				
Objetivo Estratégico: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.				
O que mede	O percentual de municípios atendidos pela Justiça Eleitoral baiana (seja por meio de estrutura física, justiça itinerante ou peticionamento eletrônico).			
Para que medir	Avaliar o percentual de municípios atendidos pela Justiça Eleitoral baiana.			
Quem mede	Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão.			
Quando medir	Anualmente, em janeiro.			
Onde medir	Corregedoria Regional Eleitoral e Secretarias de Gestão de Serviços e de Tecnologia da Informação.			
Como medir	Quantitativo de Municípios Atendidos (QMA) (aonde a Justiça Eleitoral baiana chega de alguma forma, seja ela por justiça itinerante, peticionamento eletrônico ou estrutura física), dividido pelo Total de Municípios (TM), multiplicado por cem. (QMA/TM)x100			
Situação inicial	2010: 47,96%.		2011: 47,96%.	
Meta	Atingir 55% de municípios atendidos, em 2015.			
Base	2012	2013	2014	2015
2013: 52,51%	48%	50%	48%	55%
Tipo	Efetividade.			

INDICADOR 10: Índice de conteúdo adequado para pessoas com deficiência no sítio eletrônico do TRE/BA				
Perspectiva: Processos Internos				
Objetivo estratégico: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.				
O que mede	Mede o percentual de conteúdo no sítio eletrônico do TRE/BA adaptado para pessoas com deficiência para garantir o acesso de pessoas com deficiência às informações prestadas pela Justiça Eleitoral.			
Para que medir	Garantir e estimular a plena participação das pessoas com deficiência aos serviços e às informações prestados pela Justiça Eleitoral.			
Quem mede	Unidades responsáveis pela gestão do site ou de seu conteúdo em cada Tribunal.			
Quando medir	Anualmente, em dezembro.			
Onde medir	No sítio eletrônico do TRE/BA.			
Como medir	Quantidade de Páginas Aderentes aos padrões de acessibilidade (QPA), dividido pela Quantidade de Páginas Verificadas (QPV), multiplicado por cem, considerando a capa do site e os 10 serviços mais acessados. $(QPA/QPV) \times 100$			

INDICADOR 10: Índice de conteúdo adequado para pessoas com deficiência no sítio eletrônico do TRE/BA				
Situação inicial	100%			
Meta	Manter 100% de conteúdo adaptado para pessoas com deficiência no site do TRE/BA, até 2015.			
Base	2012	2013	2014	2015
100%	100%	100%	100%	100%
Tipo	Efetividade.			

INDICADOR 11: Índice de participantes nas ações de integração realizadas entre as unidades				
Perspectiva: Processos Internos				
Objetivo estratégico: Fomentar a integração e a troca de experiência entre as unidades.				
O que mede	O percentual de participantes nas ações realizadas visando a propiciar integração entre as unidades.			
Para que medir	Propiciar a integração entre as unidades do TRE/BA.			
Quem mede	Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão.			
Quando medir	Após cada ação de integração do Projeto #conheçaoquefaço.			
Onde medir	Seção de Gerenciamento de Projetos.			
Como medir	Quantidade de participantes Presentes nas Ações Realizadas (QPAR), dividido pela Quantidade de Servidores que Efetivamente Trabalhando (QSET), multiplicado por cem. $(QPAR/QSET) \times 100$ <i>Obs.: exclui-se do cálculo do denominador, os servidores afastados por motivo de férias, licenças, viagem a serviço, dentre outros afastamentos.</i>			
Situação inicial	Inexistência de ações de integração entre as unidades.			
Meta	Atingir 55% dos servidores que estiverem trabalhando no dia de cada ação.			
Base	2012	2013	2014	2015
0	-	-	-	55%
Tipo	Efetividade.			

INDICADOR 12: Índice de sucesso das iniciativas estratégicas				
Perspectiva: Processos Internos				
Objetivo estratégico: Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades.				
O que mede	O percentual de integralização dos projetos estratégicos.			
Por que medir	Avaliar o grau de alcance das iniciativas aos objetivos estratégicos.			
Quem mede	Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão.			
Quando medir	Anualmente, em janeiro.			
Onde medir	Seção de Gerenciamento de Projetos.			
Como medir	Quantidade de Iniciativas Estratégicas Integralizadas (QIEI), dividido pela Quantidade de Iniciativas Estratégicas Concebidas (QIEC), multiplicado por cem. $(QIEI/QIEC) \times 100$			

INDICADOR 12: Índice de sucesso das iniciativas estratégicas				
Situação inicial				
Meta	Integralizar 65% das iniciativas estratégicas em 2015.			
Base	2012	2013	2014	2015
2013: 57,17%	63%	57,17%	-	65%
Tipo	Eficácia.			

INDICADOR 13: Grau de satisfação dos servidores em relação à comunicação interna				
Perspectiva: Processos Internos				
Objetivo estratégico: Aprimorar a comunicação interna e externa.				
O que mede	Mede o nível de satisfação dos servidores com a qualidade das informações relativas às suas atividades, políticas e planos do tribunal, bem como com os canais internos de comunicação.			
Para que medir	Para assegurar que os meios de comunicação utilizados internamente têm alcançado sua finalidade, disponibilizando as informações a todos os servidores e garantindo maior integração das unidades à estratégia do Tribunal			
Quem mede	Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial.			
Quando medir	Anualmente.			
Onde medir	Pesquisa específica por amostragem.			
Como medir	Número de Servidores que responderam à pesquisa e manifestaram estar Satisfeitos com a comunicação interna (NSS), dividido pelo Número de Servidores Respondentes (NSR), multiplicado por cem. (NSS/NSR)x100			
Situação inicial	Não mensurada.			
Meta	Alcançar 80% de satisfação dos servidores com a comunicação interna do TRE/BA, até 2015.			
Base	2012	2013	2014	2015
Não mensurada	-	50%	82%	80%
Tipo	Efetividade.			

INDICADOR 14: Número de ações socioambientais	
Perspectiva: Processos Internos	
Objetivo estratégico: Promover ações sociais e ambientais.	
O que mede	Mede o número de ações executadas com foco no plano social, cidadania e valores éticos e responsabilidade ambiental para aferir se a organização está inserida dentro de um contexto efetivo de responsabilidade social e ambiental.
Para que medir	Incrementar, no âmbito da Justiça Eleitoral baiana, inclusive por meio de parcerias, projetos e ações voltados para o plano social, cidadania e valores éticos e para a responsabilidade ambiental.

INDICADOR 14: Número de ações socioambientais				
Quem mede	Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão.			
Quando medir	Trimestralmente.			
Onde medir	Unidades responsáveis pela gerência dos projetos avaliados.			
Como medir	Número de ações executadas com foco no plano social, cidadania e valores éticos e responsabilidade ambiental.			
Situação inicial	2009: 26 ações.		2010: 22 ações.	2011: 24 ações.
Meta	Realizar 14 ações socioambientais em anos eleitorais e 23 em anos não eleitorais, até 2015.			
Base	2012	2013	2014	2015
2010: 22 ações.	12	-	14	-
2011: 24 ações.	-	23	-	23
Tipo	Efetividade.			

INDICADOR 15: Índice de aderência ao PAC	
Perspectiva: Pessoas	
Objetivo Estratégico: Desenvolver continuamente competências necessárias às atividades institucionais.	
O que mede	A aderência ao Plano Anual de Capacitação (PAC) do TRE/BA.
Para que medir	Avaliar o grau de priorização do PAC.
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas.
Quando medir	Anualmente, em Janeiro.
Onde medir	Módulo capacitação do SGRH e PAC.
Como medir	Total de Treinamentos do PAC Realizados (TTPR) dividido pelo Total de Treinamentos Promovidos pelo Tribunal (TTPT), multiplicado por cem. (TTPR/TTPT)x100
Situação inicial	
Meta	Alcançar anualmente, 85% de aderência ao PAC.
Base:	2012 80% e 2013: 92,06%
Tipo	Eficácia.

INDICADOR 16: Índice de execução do PAC	
Perspectiva: Pessoas	
Objetivo Estratégico: Desenvolver continuamente competências necessárias às atividades institucionais.	
O que mede	Aderência a Plano Anual de Capacitação (PAC).
Para que medir	Avaliar a execução do plano de capacitação do TRE/BA.

INDICADOR 16: Índice de execução do PAC	
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas.
Quando medir	Anualmente, em janeiro.
Onde medir	Módulo capacitação do SGRH e PAC.
Como medir	Total de Treinamentos do PAC Realizados (TTPR) dividido pelo Total de Treinamentos Previstos no PAC (TTPP), multiplicado por cem. $(TTPR/TTPP) \times 100$
Situação inicial	Não mensurada.
Meta	Realizar, anualmente, 85% dos cursos previstos no PAC.
Base:	2012: 60% e 2013: 80,56%
Tipo	Eficiência.

INDICADOR 17: Índice de adequação às competências organizacionais	
Perspectiva: Pessoas	
Objetivo Estratégico: Desenvolver continuamente competências necessárias às atividades institucionais.	
O que mede	A relação entre as competências organizacionais necessárias e as competências apresentadas pelos servidores, de acordo com suas respectivas áreas de trabalho.
Para que medir	Avaliar a necessidade de desenvolver a capacitação dos servidores nas competências organizacionais necessárias.
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas.
Quando medir	Anualmente, em janeiro.
Onde medir	Em todas as unidades do TRE/BA.
Como medir	Total de Competências Necessárias Apresentadas pelos Servidores (TCNAS), dividido pelo Total de Competências Necessárias (TCN), multiplicado por cem. $(TCNAS/TCN) \times 100$ Obs.: 1) Considerando que as competências organizacionais são diferentes em cada assessoria, secretaria, coordenadoria ou seção que compõe os tribunais eleitorais, deve-se efetuar o cálculo em cada uma das áreas e fazer a média aritmética a fim de calcular o índice do Tribunal; e 2) Caso o processo de mapeamento das competências organizacionais ainda não esteja completo, os tribunais deverão utilizar o campo observações para informar quais áreas foram consideradas para a composição do cálculo.
Situação inicial	Não mensurada.
Meta	Revisar o mapeamento das competências técnicas e comportamentais de 100% das Unidades em 2015. Aumentar para X% o índice de adequação às competências organizacionais necessárias, até 2015. <i>*Obs.: mensuração não será obrigatória até que sejam ultimados os trabalhos do GT de mapeamento das competências organizacionais.</i>

INDICADOR 17: Índice de adequação às competências organizacionais				
Base	2012	2013	2014	2015
2011: 28,91	Sem meta para o período	suspenso	suspenso	*
Tipo	Efetividade.			

INDICADOR 18: Quantidade de ações de valorização e integração realizadas				
Perspectiva: Pessoas				
Objetivo estratégico: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.				
O que mede	A quantidade de ações realizadas visando a propiciar integração e valorização entre os magistrados e servidores.			
Para que medir	Propiciar a integração e motivação dos magistrados e servidores do TRE/BA.			
Quem mede	Corregedoria Regional Eleitoral, Secretaria de Gestão de Pessoas e Escola Judiciária Eleitoral.			
Quando medir	Anualmente, em janeiro.			
Onde medir	Corregedoria Regional Eleitoral, Secretaria de Gestão de Pessoas e Escola Judiciária Eleitoral.			
Como medir	Total de ações de integração e valorização realizadas.			
Situação inicial	2009: 5 ações.	2010: 3 ações.	2011: 9 ações.	
Meta	Realizar 10 ações em 2015.			
Base	2012	2013	2014	2015
2009: 9 ações. 2013: 12 ações	5	7	5	10
Tipo	Eficácia.			

INDICADOR 19: Índice de implementação de qualidade de vida no trabalho				
Perspectiva: Pessoas				
Objetivo estratégico: Melhorar continuamente a qualidade de vida no trabalho.				
O que mede	A quantidade de ações implementadas dos seis subprogramas do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT).			
Para que medir	Para garantir que as ações que promovem a qualidade de vida sejam implementadas.			
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas.			
Quando medir	Anualmente, em janeiro.			
Onde medir	Coordenadoria de Desenvolvimento e Assistência à Saúde.			
Como medir	Total de ações por subprograma do PQVT realizadas.			
Meta	Implementar, pelo menos, 1 (uma) ação por subprograma do PQVT.			
Base	2012	2013	2014	2015
Não mensurado	-	-	-	6

Tipo	Eficácia.
-------------	-----------

INDICADOR 20: Quantidade de ações de promoção à saúde				
Perspectiva: Pessoas				
Objetivo estratégico: Melhorar continuamente a qualidade de vida no trabalho.				
O que mede	Quantidade de ações que promovam a saúde dos servidores (colaboradores) no âmbito do TRE/BA			
Para que medir	Para garantir que as ações que promovem a saúde dos servidores sejam implementadas.			
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas.			
Quando medir	Anualmente, em janeiro.			
Onde medir	Coordenadoria de Desenvolvimento e Assistência à Saúde.			
Como medir	Total de ações de promoção de saúde realizadas.			
Meta	Implementar 3 ações de promoção à saúde.			
Base	2012	2013	2014	2015
Não mensurado	-	-	-	3
Tipo	Eficácia.			

INDICADOR 21: Índice de adequação das instalações físicas				
Objetivo Estratégico: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais.				
O que mede	A qualidade dos imóveis pertencentes ou ocupados pela Justiça Eleitoral.			
Para que medir	Priorizar investimentos em obras/reformas e/ou locações que propiciem a melhoria das condições de trabalho.			
Quem mede	Secretaria de Gestão de Serviços.			
Quando medir	Trimestralmente.			
Onde medir	Em todos os imóveis pertencentes e/ou ocupados pela Justiça Eleitoral baiana.			

INDICADOR 21: Índice de adequação das instalações físicas				
Como medir	A partir da lista de assertivas a seguir, para cada resposta afirmativa deve-se atribuir a pontuação 1 (um) e para cada resposta negativa deve-se atribuir a pontuação 0 (zero), calculando-se ao final um percentual de respostas afirmativas em relação ao total de assertivas avaliadas: 1. A área do imóvel é suficiente para o desenvolvimento das atividades cartoriais; 2. O imóvel possui ao menos 1(um) sanitário, com vaso e lavatório, em perfeito funcionamento; 3. O imóvel possui como piso uma das opções: cerâmicas; placas vinílicas ou melaminícas (fórmica); cimento liso; mármore, granitos, granilites ou similares; 4. A cobertura do imóvel atende a uma das opções: em laje de concreto, com cobertura; em telha cerâmica ou fibrocimento, com forro; 5. O imóvel possui reservatório de água potável coberto; 6. As instalações elétricas do imóvel são suficientes para o funcionamento do cartório; 7. As instalações de rede (lógica) e telefonia do imóvel são suficientes para o funcionamento do cartório; 8. As esquadrias (portas e janelas) do imóvel são resistentes, vedadas à passagem de águas pluviais e conferem segurança ao cartório; 9. O imóvel possui iluminação e ventilação/condicionamento de ar suficientes; 10. O imóvel é acessível para pessoas com mobilidade reduzida; 11. O imóvel localiza-se em via de fácil acesso ao público; 12. O imóvel está devidamente limpo, livre de mofo, insetos ou quaisquer outros animais; 13. O imóvel está com pintura adequada e em bom estado; 14. O imóvel está livre de infiltrações; e 15. O mobiliário do imóvel é adequado para o desenvolvimento das atividades cartoriais. Relação entre Quantidade de imóveis “ótimo” e “bom” e Total de imóveis ocupados pelo TRE/BA Critérios para classificação: Percentual ≥ 80: Ótimo; Percentual ≥ 60 e < 80: Bom; Percentual ≥ 40 e < 60: Regular; Percentual ≥ 20 e < 40: Ruim; e Percentual < 20: Péssimo.			
Situação inicial	2009: 60%.		2010: 77,20%.	2011: 76,34%.
Meta	Alcançar 80% de adequação das instalações físicas do TRE/BA, até 2015.			
Base	2012	2013	2014	2015
2011: 76,34%. 2013: 77,90%	72%	76%	80%	80%
Tipo	Eficácia.			

INDICADOR 22: Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TI				
Perspectiva: Recursos				
Objetivo Estratégico: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais.				
O que mede	O percentual do tempo, em um período determinado, em que os serviços de TI, incluindo sistemas informatizados eleitos essenciais, estiveram disponíveis para utilização.			
Para que medir	Minimizar as interrupções e promover melhorias contínuas do desempenho e da capacidade de TI por meio de monitoramento e medição.			
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação.			
Quando medir	Trimestralmente.			
Onde medir	Na Secretaria do TRE/BA e cartórios eleitorais.			
Como medir	Tempo de Disponibilidade do conjunto de Sistemas definidos como Essenciais (TDSE), dividido pelo Tempo Total do Período (TTP), multiplicado por cem. (TTD/TTP)x100 Obs.: 1) devem ser considerados essenciais, a serem medidos pelos TREs, os sistemas: SADP/SADPWEB; e 2) a medição da disponibilidade dos demais sistemas essenciais ficará a cargo do TSE.			
Situação inicial	2009: não mensurada.		2010: 98,16%.	2011: 98,69%.
Meta	Assegurar 99% de disponibilidade de sistemas de TI, até 2015.			
Base	2012	2013	2014	2015
2011: 98,69%.	85%	90%	99%	99%
Tipo	Eficácia.			

INDICADOR 23: Execução Orçamentária				
Perspectiva: Recursos				
Objetivo Estratégico: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia.				
O que mede	A relação entre o valor executado do orçamento no ano corrente e o valor total do orçamento disponibilizado.			
Para que medir	Verificar a capacidade da Justiça Eleitoral baiana para executar os recursos programados.			
Quem mede	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade.			
Quando medir	Anualmente, em janeiro.			
Onde medir	Sistema de Administração Financeira (SIAFI); SIAFI Gerencial; e SIGA Brasil.			
Como medir	Orçamento Executado (OE) dividido pelo Orçamento Disponibilizado (OD), multiplicado por cem. (OE/OD)x100 <i>Obs.:</i> 1) <i>Considera-se orçamento executado o total liquidado no exercício; e</i> 2) <i>Excluem-se do cálculo as seguintes despesas: Fundo Partidário, Pessoal, Benefícios, Despesas custeadas pela Fonte 50, créditos reabertos no exercício subsequente e pleitos eleitorais.</i>			
Situação inicial	2009: 98,43%	2010: 98,24%	2011: 98,60%	

INDICADOR 23: Execução Orçamentária				
Meta	Executar, anualmente, no mínimo, 72% dos recursos disponibilizados, até 2015.			
Base	2012	2013	2014	2015
2011: 98,60% 2013: 97,96	98,60%	98,60%	98,60%	72%
Tipo	Eficiência.			

INDICADOR 24: Índice de execução do orçamento estratégico				
Perspectiva: Recursos				
Objetivo Estratégico: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia.				
O que mede	O percentual entre o valor executado nas iniciativas estratégicas e o valor disponibilizado para tal.			
Para que medir	Avaliar a relação entre o orçamento executado nas iniciativas estratégicas e o orçamento estratégico disponibilizado.			
Quem mede	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade.			
Quando medir	Anualmente, em janeiro.			
Onde medir	LOA, Créditos Orçamentários, Planejamento Estratégico, Sistema de Administração Financeira – SIAFI e SIAFI Gerencial.			
Como medir	Valor Executado nas Iniciativas Estratégicas (VEIE), dividido pelo Valor Disponibilizado para as Iniciativas Estratégicas (VDIE), multiplicado por 100. $(VEIE/VDIE) \times 100$ <i>Obs.:</i> 1) O total disponibilizado para as iniciativas estratégicas deve ser considerado a partir da aprovação da LOA, inclusive os créditos adicionais e contingenciamento; 2) Iniciativas estratégicas são aquelas indicadas no plano estratégico do Tribunal, as quais serão identificadas como tal no Sistema Orçamentário.			
Situação inicial	2011: 97,04%.			
Meta	Executar, anualmente, no mínimo, 90% do valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas, até 2015.			
Base	2012	2013	2014	2015
2011: 97,04% 2013: 80,75%	98%	98%	98%	90%
Tipo	Eficiência.			

INDICADOR 25: Aderência da execução ao planejamento orçamentário				
Perspectiva: Recursos				
Objetivo Estratégico: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia.				

INDICADOR 25: Aderência da execução ao planejamento orçamentário				
O que mede	O percentual de despesas executadas em conformidade com o planejamento orçamentário.			
Para que medir	Avaliar o grau de aderência da execução do orçamento ao planejamento orçamentário do TRE/BA.			
Quem mede	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade.			
Quando medir	Anualmente, em janeiro.			
Onde medir	Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária (SIGEPRO), Sistema de Administração Financeira (SIAFI) e SIAFI Gerencial.			
Como medir	<i>Fórmula</i>=SE(D12>=E12*2;0;SE(D12<=E12;(1-(E12-D12)/E12)*100;SE(D12>E12;(1-(D12-E12)/E12)*100))) Onde: D = Valor empenhado por plano interno. E = Valor planejado pela Unidade Orçamentária no Sistema SIGEPRO por plano interno. <i>Observações:</i> 1) A aderência é medida por Plano Interno e a execução planejada da Ação Orçamentária é a consolidação das aderências por Plano Interno; 2) A aderência das despesas é o valor empenhado dividido pelo valor alocado no Sistema SIGEPRO por plano interno, multiplicado por 100. 3) Parâmetros adotados para cálculo da aderência: - Se Planejado = 0; Aderência = 0; - Se Executado = 0; Aderência = 0; - Se Planejado > Empenhado; Aderência = Empenhado/Planejado; - Se Planejado < Empenhado < 2x Planejado; Aderência = 1 - ((Empenhado-Planejado)/Planejado); - Se Empenhado >= 2x Planejado; Aderência = 0; - Se Empenhado = Planejado; Aderência = 100%. 4) Excluem-se do cálculo as seguintes despesas: Fundo Partidário, Pessoal, Benefícios, Despesas custeadas pela Fonte 50, créditos reabertos no exercício subsequente e Pleitos Eleitorais.			
Situação inicial	2011: 76,6%. <i>Obs.: O percentual aferido em 2011 decorre do montante destinado à construção de imóveis, especificamente o elevado valor recebido na LOA de 2011 para a construção do Anexo ao Edifício-Sede do TRE/BA, que consiste numa ação orçamentária de caráter plurianual e considerada uma obra de grande vulto, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011.</i>			
Meta	Atingir 80% de aderência da execução ao planejamento orçamentário do TRE/BA, até 2015.			
Base	2012	2013	2014	2015
2011: 76,6% 2013: 73,09	65%	75%	80%	80%
Tipo	Eficácia.			

INDICADOR 26: Índice de execução do orçamento de novas despesas				
Perspectiva: Recursos				
Objetivo Estratégico: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia.				
O que mede	O percentual do valor executado em relação ao total disponibilizado para novas despesas.			
Para que medir	Avaliar o orçamento disponibilizado e o executado nas novas despesas.			
Quem mede	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade.			
Quando medir	Anualmente, em Janeiro.			
Onde medir	Sistema de Administração Financeira (SIAFI) e Programação de gastos.			
Como medir	Valor Empenhado da Nova Despesa (VEND) até o limite do valor programado, dividido pelo Valor Planejado pela Unidade Orçamentária no SIGEPRO (VP), multiplicado por cem. $(VEND/VP) \times 100$			
Situação inicial	2013 - 66,71%			
Meta	Executar, no mínimo, 80% do valor planejado e recebido na LOA para novas despesas.			
Base	2012	2013	2014	2015
Não mensurado	-	-	-	80%

INDICADOR 27: Índice de execução dos restos a pagar				
Perspectiva: Recursos				
Objetivo Estratégico: Assegurar recursos orçamentários necessários a execução da estratégia				
O que mede	Percentual do valor de restos a pagar pagos em relação ao total de restos a pagar inscritos e reinscritos			
Para que medir	Avaliar o percentual de execução dos restos a pagar inscritos e reinscritos.			
Quem mede	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade.			
Quando medir	Anualmente, em Janeiro.			
Onde medir	Sistema da Administração Financeira (SIAFI).			
Como medir	Valor dos Restos a Pagar Pagos (VRPP), dividido pelo Valor dos Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos (VRPIR), multiplicado por cem. $(VRPP/VRPIR) \times 100$			
Situação inicial	2013 - 55,98%			
Meta	Executar, no mínimo, 75% do valor inscrito/reinscrito em restos a pagar do orçamento do exercício anterior			
Base	2012	2013	2014	2015
Não mensurado		55,98%		75%

Fichas de Projetos 2012-2015

Nº	Projeto
1	TRE Perto de Você
2	Programa de Qualidade de Vida
3	Workshop de Planejamento Orçamentário
4	Programa de Capacitação
5	Gestão documental na 1ª instância
6	Programa de mapeamento de processos de trabalho
7	Núcleo de Educação a Distância
8	Gestão por competência
9	Plano de comunicação interna
10	Disponibilização de resultados de julgamento de prestação de contas na Internet
11	Monitoramento de processos de aquisição de bens e serviços
12	Agenda Ambiental
13	Infraestrutura da Ouvidoria
14	Identificação biométrica do eleitor
15	Adequação da infraestrutura dos cartórios eleitorais do interior
16	Política de Segurança da Informação
17	Eleitor do Futuro
18	Implantação do Processo Administrativo Digital (PAD)
19	Implantação de nova metodologia para gerenciamento de hora extra
20	Programa de Racionalização de Processos Internos
21	Nova Intranet
22	Sistemática de monitoramento e avaliação da estratégia apoiada pelo Geplanes (Sistema de Gestão de Planejamento e Estratégia)
23	#conheçaoquefaço
24	Programa de capacitação específica para comissões, grupos de trabalho e afins
25	Conhecendo o planejamento estratégico do TRE-BA
26	Experimento controlado da modalidade laboral Trabalho Remoto - Teletrabalho

DETALHAMENTO

1. TRE PERTO DE VOCÊ

Escopo:

Aproximar a Justiça Eleitoral da comunidade, propiciando-lhe a regularização da sua situação eleitoral sem a necessidade de deslocamento com realização de despesas, com o intuito de facilitar a participação do cidadão nas eleições, além de fomentar a conscientização do eleitor quanto à importância do voto e despertar a comunidade para a importância da cidadania, bem como para o exercício dos direitos dela decorrentes.

Alinhamento estratégico:

Objetivo: Prestar serviços de excelência.

Tema: Acesso à Justiça.

Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.

Tema: Responsabilidade Socioambiental.

Objetivo: Promover ações sociais e ambientais.

Clientes:

Sociedade.

Justificativa:

A realização do projeto TRE Perto de Você revela-se sobremaneira importante para a aproximação desta Justiça Especializada da comunidade, em especial da mais carente, e no processo de conscientização da população acerca do exercício da cidadania. Contribui, ainda, para minimizar as filas de espera nos Cartórios Eleitorais e demais postos de atendimento descentralizados nos dias que antecedem o fechamento do cadastro eleitoral.

2. PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA

Escopo:

Assegurar condições adequadas de trabalho, desenvolver e manter a saúde e o bem-estar biopsicossocial do servidor e de seus dependentes, buscando promover a melhoria da qualidade de vida no Órgão.

Alinhamento estratégico:

Tema: Gestão de Pessoas.

Objetivo: Melhorar continuamente a qualidade de vida no trabalho.

Clientes:

Todos os servidores e seus dependentes.

Justificativa:

A adoção de ações preventivas de qualidade de vida no trabalho será fator determinante da motivação e disposição para o trabalho, do alívio do estresse diário e de uma maior integração entre os servidores. Também contribuirá para a melhoria do clima organizacional, a conscientização sobre a necessidade de adoção de novos hábitos, sobretudo daqueles atinentes à cultura organizacional.

3. WORKSHOP DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Escopo:

Elaborar o Plano Anual de Diretrizes e Metas Orçamentárias do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia a partir do envolvimento de todas as unidades gestoras, promovendo a integração do orçamento ao planejamento estratégico do órgão.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivo: Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais.

Tema: Orçamento.

Objetivo: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia.

Clientes:

Todas as unidades administrativas e judiciárias do TRE/BA.

Justificativa:

A realização anual de workshop de planejamento orçamentário visa a fomentar a integração entre as unidades, possibilitando a racionalização e otimização dos recursos públicos e garantindo a melhor alocação das dotações disponibilizadas, de modo que sejam atendidas as metas prioritárias estabelecidas no planejamento estratégico do órgão.

Nesse sentido, a definição de metas e diretrizes orçamentárias, produto da realização do referido workshop, é condição indispensável para a elaboração de um planejamento orçamentário que reflita as reais necessidades do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e propicie uma gestão eficiente, eficaz e efetiva dos recursos públicos.

4. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

Escopo:

Desenvolver e aprimorar as competências estratégicas e individuais dos servidores por meio de cursos presenciais, a distância e projetos variados com o intuito de desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores, no que diz respeito a suas atribuições e a seus talentos pessoais, observada a dotação orçamentária e os regulamentos internos que disciplinam a matéria.

Alinhamento estratégico:

Tema: Gestão de Pessoas.

Objetivo: Desenvolver continuamente competências necessárias às atividades institucionais.

Clientes:

Todos os servidores do TRE/BA.

Justificativa:

O aprimoramento da gestão de pessoas, especialmente no que se refere à capacitação, por meio da sua vinculação a um programa de gestão por competências contribuirá para a otimização da utilização dos recursos disponíveis, de forma a priorizar o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores, refletindo na melhoria da qualidade dos serviços prestados por este Regional.

5. GESTÃO DOCUMENTAL NA 1ª INSTÂNCIA

Escopo:

Estender política de gestão documental existente na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia às zonas eleitorais do interior do Estado, por meio de consolidação dos instrumentos arquivísticos já implantados - código de classificação e tabela de temporalidade de documentos - e da efetivação da mudança de suporte de documentos que contém dados importantes para a comprovação de direitos individuais e coletivos e para o registro da memória coletiva.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivo: Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

Tema: Acesso à Justiça.

Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.

Clientes:

Cartórios eleitorais do interior do Estado.

Justificativa:

A implantação de gestão documental nos cartórios eleitorais do interior do Estado contribuirá, objetivamente, para agilizar o acesso aos arquivos e às informações; racionalizar áreas de arquivamento de documentos; preservar a memória da Justiça Eleitoral; e assegurar os direitos dos cidadãos.

6. PROGRAMA DE MAPEAMENTO DE PROCESSOS DE TRABALHO

Escopo:

Mapear os processos de trabalho inerentes a cada unidade do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, em especial aqueles sob a responsabilidade de unidades diversas, a fim de verificar a efetiva necessidade de sua execução ou inter-relacionamento, no intuito de identificar os entraves e simplificar fluxos e rotinas, tornando mais célere e impessoal a sua realização.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivo: Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos;

Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais;

Racionalizar, padronizar e simplificar procedimentos e rotinas.

Clientes:

Todas as unidades administrativas do TRE/BA.

Justificativa:

O programa de mapeamento de processos irá possibilitar a identificação de obstáculos e trâmites desnecessários, adequando fluxos e rotinas de forma a racionalizar tempo, trabalho e custos envolvidos.

7. NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Escopo:

Ampliar as oportunidades de desenvolvimento e capacitação oferecidas pelo Tribunal aos servidores, através da metodologia de EAD que atende peculiaridades individuais a baixo custo, uma vez que não demanda deslocamento dos servidores e pode ser oferecido em momentos diversos para grupos de servidores. Em virtude da necessidade de tutores de acompanhamento e conteúdo, além dos profissionais que elaboram o treinamento, as turmas oferecidas têm quantitativo limitado de participantes.

Alinhamento estratégico:

Tema: Gestão de Pessoas.

Objetivos: Desenvolver continuamente competências necessárias às atividades institucionais;
Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

Clientes:

Todos os servidores do TRE/BA.

Justificativa:

A institucionalização do Núcleo de Educação a Distância do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia com consequente aporte adicional de recursos e pessoas envolvidas será determinante para a capacitação dos servidores lotados nos cartórios eleitorais do interior do Estado, frente à limitação orçamentária para realização de treinamentos presenciais existente.

8. GESTÃO POR COMPETÊNCIA

Escopo:

Implantar a gestão por competência no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e cartórios eleitorais por meio do mapeamento das competências necessárias e requeridas para cada cargo e unidade, da identificação de lacunas e da promoção de um plano de desenvolvimento de competências que alinhe o perfil do servidor às necessidades inerentes ao cargo e à unidade de lotação.

Alinhamento estratégico:

Tema: Gestão de Pessoas.

Objetivos: Desenvolver continuamente competências necessárias às atividades institucionais;
Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

Clientes:

Todas as unidades administrativas e judiciárias do TRE/BA.

Justificativa:

A implantação da gestão por competência, tendência nos órgãos públicos conforme Decreto Presidencial nº. 5.707/2006, contribuirá para a construção de um diferencial qualitativo para a organização e possibilitará uma profissionalização e objetivação da gestão de pessoas. Auxiliará, ainda, na estruturação de uma visão mais realista do potencial de cada servidor, melhorando o desempenho das equipes e a qualidade das relações, bem como na adequação do quadro funcional às necessidades institucionais.

9. PLANO DE COMUNICAÇÃO INTERNA

Escopo:

Aprimorar o fluxo de informações entre as diversas áreas do Tribunal, de modo a assegurar a integração e o melhor funcionamento das unidades administrativas e judiciárias do Tribunal.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivo: Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

Tema: Atuação institucional.

Objetivo: Aprimorar a comunicação interna e externa.

Clientes:

Todas as unidades administrativas e judiciárias do TRE/BA.

Justificativa:

A implementação de plano de comunicação propiciará, no âmbito interno, aperfeiçoamento do fluxo de informações, maior interação entre as unidades do Tribunal, e, conseqüentemente, celeridade nos trâmites judiciais e administrativos.

10. DISPONIBILIZAÇÃO DE RESULTADOS DE JULGAMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NA *INTERNET*

Escopo:

Disponibilização, no sítio do TRE/BA, na *Internet*, de informações relativas ao resultado do julgamento das contas de campanhas eleitorais dos candidatos e comitês financeiros.

Alinhamento estratégico:

Tema: Acesso à Justiça.

Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.

Tema: Atuação Institucional.

Objetivo: Aprimorar a comunicação interna e externa.

Clientes:

Candidatos, partidos políticos, advogados e demais interessados.

Justificativa:

A divulgação, na *Internet*, das informações relativas ao resultado do julgamento das contas de campanhas eleitorais facilitará o acesso à informação do público diretamente interessado (candidatos e partidos políticos), bem como contribuirá para o fortalecimento da democracia, permitindo aos cidadãos o conhecimento do resultado do julgamento das contas sem a necessidade de deslocamento ao Tribunal para acesso aos processos.

11. MONITORAMENTO DE PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Escopo:

Monitorar a tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivos: Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos;
Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais.

Clientes:

Usuários do sistema.

Justificativa:

A utilização de ferramenta informatizada para acompanhar os processos de aquisição de bens e serviços no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia possibilitará o acompanhamento de expedientes em tempo real, bem como a automação de diligências e a expedição de relatórios gerenciais, de forma a possibilitar a utilização plena de procedimento de monitoramento de processos como mecanismo gerencial de intervenção e melhoria de procedimentos.

12. AGENDA AMBIENTAL

Escopo:

Estabelecer, de forma participativa, diretrizes relacionadas à sustentabilidade ambiental, de modo a assegurar a redução dos efeitos danosos ao meio ambiente decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, em suas diversas unidades administrativas e judiciárias.

Alinhamento estratégico:

Tema: Responsabilidade Socioambiental.

Objetivo: Promover ações sociais e ambientais.

Tema: Gestão de Pessoas.

Objetivo: Desenvolver continuamente competências necessárias às atividades institucionais.

Clientes:

Todas as unidades administrativas e judiciárias do TRE/BA.

Justificativa:

A conscientização acerca da necessidade de redução do impacto ambiental negativo decorrente das atividades regulares do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia contribuirá para a incorporação de hábitos e práticas sustentáveis ao cotidiano do Órgão, resultando na melhoria de sua relação com o meio ambiente.

13.INFRAESTRUTURA DA OUVIDORIA

Escopo:

Estruturar a Ouvidoria no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Alinhamento estratégico:

Objetivo: Prestar serviços de excelência.

Tema: Atuação Institucional.

Objetivo: Aprimorar a comunicação interna e externa.

Clientes:

Sociedade e todas as unidades administrativas e judiciárias do TRE/BA.

Justificativa:

Desenvolver ações que viabilizem a adequação da infraestrutura da Ouvidoria de forma a atender às crescentes demandas da sociedade, uma vez que é o canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações, denúncias, dúvidas, sugestões e elogios, relacionados a trâmites administrativos e procedimentos judiciais.

14. IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA DO ELEITOR

Escopo:

Tornar o cadastro de eleitores mais seguro por meio da coleta de informações biométricas, fotografia e assinatura digitalizada dos eleitores para aumentar a segurança do processo eleitoral, evitando fraudes na identificação de eleitores.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivo: Aprimorar o processo eleitoral.

Clientes:

Sociedade.

Justificativa:

A identificação biométrica do eleitor - coleta de impressões digitais e registro fotográfico por meio de “*Kit Bio*” disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral -, concorrerá para o aperfeiçoamento da segurança do processo eleitoral, sobretudo no que tange à identificação do eleitor no momento do voto, de modo a minimizar eventual risco, ainda que pequeno, de fraude.

Nesse sentido, considerando a previsão de expansão, nos próximos anos, do projeto de recadastramento biométrico do eleitorado do Estado, torna-se necessário traçar e registrar o conjunto coordenado de ações que visem a garantir a eficaz execução do referido projeto.

15. ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DO INTERIOR

Escopo:

Melhorar o funcionamento da Justiça Eleitoral baiana por meio da utilização de espaços adequados às necessidades dos magistrados, servidores e público, garantindo conforto, segurança, eficiência e acessibilidade a todos os clientes desta Justiça Especializada.

Alinhamento estratégico:

Tema: Infraestrutura e Tecnologia.

Objetivo: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais.

Clientes:

Cartórios eleitorais do interior do Estado.

Justificativa:

A adequação dos espaços físicos por meio de reforma, adaptação, locação, cessão ou construção beneficiará magistrados, servidores e público em geral, assegurando maior conforto, segurança e agilidade ao desempenho das atividades judiciais e administrativas do Judiciário Eleitoral baiano.

16. POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Escopo:

Implantar uma Política de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e cartórios eleitorais, com vistas à educação e conscientização dos técnicos e usuários de Tecnologia da Informação (TI), considerando-se aspectos culturais, maturidade organizacional e restrições orçamentárias da instituição, de forma a pavimentar o caminho para a implantação de um Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI).

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivos: Aprimorar o processo eleitoral; e

Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

Tema: Infraestrutura e Tecnologia.

Objetivo: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais.

Clientes:

Todas as unidades administrativas e judiciárias do TRE/BA.

Justificativa:

A implantação de Política de Segurança da Informação de modo a assegurar aspectos relacionados à confidencialidade, integridade e disponibilidade das mesmas concorrerá para a atenuação de problemas relacionados à segurança das informações, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e cartórios eleitorais.

Ressalte-se que as ações referentes à segurança da informação alinham-se com o quanto disposto na Portaria do TSE nº 22.780/2008, bem como com o entendimento do Tribunal de Contas da União, órgão regulador que possui, dentre outras competências constitucionais e legais, a de fiscalizar, auditar e recomendar melhorias às entidades que fazem uso de bens e valores públicos federais, incluindo-se, portanto, o TRE/BA, haja vista as recomendações oriundas de levantamento de auditoria realizado no ano de 2007 (TC-008.380/2007-1), junto a 333 órgãos e entidades da Administração Pública Federal, referentes à situação da governança de tecnologia da informação.

17. ELEITOR DO FUTURO

Escopo:

Educar para a cidadania e estimular a conscientização política de crianças e adolescentes, propiciando-lhes a vivência dessa cidadania, expressa no ato de votar, por meio de palestras, concursos e votação simulada na urna eletrônica.

Alinhamento estratégico:

Tema: Responsabilidade Socioambiental.

Objetivo: Promover ações sociais e ambientais.

Clientes:

Crianças e adolescentes integrantes do projeto.

Justificativa:

O projeto contribui para a provocação de mudança comportamental de gerações futuras de eleitores, decorrente de processo de conscientização que os conduza a uma participação política mais atuante, bem como à escolha dos candidatos a cargos representativos de toda a sociedade de forma mais crítica e consciente.

18. IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL (PAD)

Escopo:

Implantar sistemática de tramitação virtual de documentos e processos administrativos do TRE/BA.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivos: Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos;
Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais.

Tema: Responsabilidade Socioambiental.

Objetivos: Promover ações sociais e ambientais.

Tema: Infraestrutura e Tecnologia.

Objetivo: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais.

Clientes:

Todos os servidores do TRE/BA.

Justificativa:

A utilização do sistema PAD, permitirá maior segurança ao acesso às informações, maior agilidade nos trâmites administrativos. Possibilita, ainda, a redução de custos com impressão, transporte e armazenamento, além de contribuir para a preservação ambiental.

19. IMPLANTAÇÃO DE NOVA METODOLOGIA PARA GERENCIAMENTO DE HORA EXTRA

Escopo:

Desenvolver uma nova sistemática de gerenciamento do serviço extraordinário a ser utilizada em ano eleitoral com ênfase na otimização da distribuição dos recursos financeiros disponíveis.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivos: Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos;

Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais.

Clientes:

Todos os servidores (efetivos e requisitados) do TRE/BA.

Justificativa:

A adoção de uma nova metodologia de gerenciamento de hora extra, por meio de um sistema específico, possibilitará ao gestor do setor demandante uma administração mais célere e eficiente quanto aos recursos financeiros e humanos, alinhando-os às reais necessidades da unidade.

20. PROGRAMA DE RACIONALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E ROTINAS

Escopo:

Otimizar os métodos de trabalho dos procedimentos e das rotinas, por meio da análise, elaboração e proposição de medidas de melhoria da eficiência operacional.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos;

Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais;

Racionalizar, padronizar e simplificar procedimentos e rotinas.

Clientes:

Secretaria de Gestão de Pessoas

Justificativa:

O programa de racionalização dos processos internos possibilitará o aprimoramento das práticas ou métodos de trabalho, com o objetivo de melhorar a produtividade dos serviços prestados, diminuindo os custos operacionais e aumentando a eficiência organizacional.

21. NOVA INTRANET

Escopo:

Disponibilizar uma nova ferramenta de comunicação interna que funcione como um ambiente virtual de colaboração e integração entre as pessoas, onde a busca e o compartilhamento de informações e serviços estarão acessíveis de maneira rápida, atualizada e segura.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivos: Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

Racionalizar, padronizar e simplificar procedimentos e rotinas.

Tema: Alinhamento e Integração.

Objetivos: Fomentar a integração e a troca de experiências entre as unidades.

Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades.

Tema: Atuação Institucional.

Objetivo: Aprimorar a comunicação interna e externa.

Clientes:

Todos os servidores do TRE/BA.

Justificativa:

A nova *intranet* será uma plataforma colaborativa de trabalho que proporcionará maior agilidade, precisão e segurança no acesso, na busca e no compartilhamento das informações dentro da organização, além de facilitar a comunicação entre seus integrantes. A implantação dessa ferramenta proporcionará constante aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho, ao integrar os sistemas informatizados já utilizados dentro do TRE/BA para agilizar os trâmites e racionalizar os procedimentos. Ademais, o aprimoramento das relações interpessoais propiciada pela nova *intranet*, ao fomentar a integração e troca de experiências entre os colaboradores, produzirá importantes ganhos na qualidade do clima organizacional.

22. SISTEMÁTICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA APOIADA PELO GEPLANES (SISTEMA DE GESTÃO DE PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIA)

Escopo:

Institucionalizar nova sistemática de monitoramento e avaliação do desempenho da estratégia da organização, de forma contínua, por meio da utilização do GEPLANES.

Alinhamento estratégico:

Tema: Alinhamento e Integração.

Objetivos: Fomentar a integração e a troca de experiências entre as unidades.
Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades.

Clientes:

Usuários do Sistema.

Justificativa:

A institucionalização de uma nova sistemática de monitoramento e avaliação do desempenho da estratégia, com o apoio do GEPLANES, ferramenta de gestão estratégica, concentrará as informações institucionais de forma a interligar as unidades do Tribunal com as estratégias da organização.

O sistema, dentre outras características, possibilitará a avaliação dos resultados das iniciativas estratégicas e dos indicadores de desempenho, o alinhamento das metas setoriais e o acompanhamento dos planos de ação, emitindo relatórios gerenciais e divulgando os resultados da gestão aos clientes interno e externo.

23. #CONHEÇAOQUEFAÇO

Escopo:

Propiciar aos servidores do Tribunal o conhecimento das atividades que são realizadas nas diversas áreas, visando ao alinhamento e à integração entre as unidades, bem como o desenvolvimento da visão sistêmica da organização.

Alinhamento estratégico:

Tema: Alinhamento e Integração.

Objetivo: Fomentar a integração e a troca de experiências entre as unidades;
Garantir o alinhamento estratégico entre as unidades.

Clientes:

Todas as unidades do TRE/BA.

Justificativa:

O projeto #conheçaoquefaço ajudará a preencher uma lacuna estratégica dentro da organização através do desenvolvimento da visão sistêmica. Assim, serão promovidas ações de alinhamento e integração que despertem o interesse dos servidores em conhecer as atividades desenvolvidas nas diversas áreas do Tribunal, e que tenham uma noção mais precisa de como essas atividades podem impactar na realização no seu trabalho. Busca, ainda, fomentar o compartilhamento de informações e a troca de experiências entre as unidades.

24. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO ESPECÍFICA PARA COMISSÕES, GRUPOS DE TRABALHO E AFINS

Escopo:

Promover a capacitação de servidores designados a desempenhar atividades específicas realizadas nas comissões, grupos de trabalho e afins.

Alinhamento estratégico: Alinhamento estratégico:

Tema: Gestão de Pessoas.

Objetivo: Desenvolver continuamente competências necessárias às atividades institucionais.

Clientes:

Servidores que participam de comissões, grupos de trabalho e afins.

Justificativa:

O programa de capacitação visa oferecer ao servidor, quando da sua designação, conhecimento básico e necessário para o melhor desempenho das atividades específicas a serem realizadas nas comissões permanentes e provisórias, grupos de trabalho, bem como na atuação de fiscalização de contratos, pregão e apuração de responsabilidade contratual do TRE/BA.

25. CONHECENDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE/BA

Escopo:

Instituir um conjunto de ações com vistas a difundir o conhecimento do Planejamento Estratégico do TRE/BA entre seus servidores e magistrados, de modo a envolvê-los no alcance dos objetivos organizacionais.

Alinhamento estratégico:

Tema: Alinhamento e Integração.

Objetivos: Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades.

Tema: Gestão de Pessoas.

Objetivo: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

Clientes:

Servidores e magistrados do TRE/BA.

Justificativa:

O Planejamento Estratégico configura-se como um dos principais instrumentos de gestão do TRE/BA e a disseminação de suas diretrizes entre os diversos níveis da organização é imprescindível para sua efetivação.

26. EXPERIMENTO CONTROLADO DA MODALIDADE LABORAL TRABALHO REMOTO - TELETRABALHO

Escopo:

Subsidiar o processo decisório quanto à viabilidade de implementação do TeleTrabalho na Justiça Eleitoral, no intuito de gerar economicidade, aumentar a produtividade e a motivação dos servidores, bem como aprimorar a qualidade na prestação dos serviços.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos;

Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais.

Clientes:

Seção de Estrutura Operacional (SESOP) da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (STI/TRE/BA).

Justificativa:

O Teletrabalho é uma modalidade laboral em que são adotados recursos tecnológicos de informática e de comunicação que possibilitam a atuação de profissionais em local físico diverso das instalações em que trabalham, modificando a relação de acesso às atividades laborais.

Inicialmente, pretende-se realizar um experimento controlado na Seção de Estrutura Operacional (SESOP) da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (STI/TRE/BA), catalogando seus benefícios e dificuldades, de forma a registrar dificuldades técnicas, administrativas e jurídicas, bem como custos com arcabouços técnicos necessários para a implementação, dificuldades nas relações laborais do cotidiano e quaisquer outras facetas ainda não avaliadas no âmbito da Justiça Eleitoral.